



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**GABINETE DO VER. JOÃO PAULO FELIZARDO (REPUBLICANOS)**

---

**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2025.**  
**(De autoria do Ver. João Paulo Felizardo - Republicanos)**

**Adiciona parágrafo único ao art. 9º do PLL nº 42/2025, que “dispõe sobre a promoção de debates e ações educativas nas unidades de ensino do Município de Lavras, com o objetivo de desenvolver a formação crítica dos alunos em relação ao conteúdo de músicas e videoclipes. A lei visa combater a violência, o preconceito, a discriminação e o uso de substâncias ilícitas, promovendo o respeito à diversidade cultural e à igualdade de gênero. Estabelece a participação ativa da comunidade escolar e a criação de espaços de reflexão”.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAVRAS, do Estado de Minas Gerais, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

**Art. 1º** Acrescente-se parágrafo único ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 42, de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 9º. (...)**

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Educação instituirá obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, uma Comissão Técnica Multidisciplinar de Análise, composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos do quadro efetivo do Município, que ficará responsável pela homologação prévia de todo o material didático e conteúdo audiovisual a ser utilizado nas ações previstas nesta Lei, sob pena de nulidade das atividades.”

Câmara Municipal de Lavras, em 10 de dezembro de 2025.

---

Ver. João Paulo Felizardo (Republicanos)



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**GABINETE DO VER. JOÃO PAULO FELIZARDO (REPUBLICANOS)**

---

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem por objetivo garantir a segurança pedagógica e psicológica dos alunos da rede municipal. Embora o projeto original tenha méritos ao propor o debate crítico, é temerário permitir a livre utilização de vídeos e músicas, que muitas vezes contêm linguagem imprópria ou cenas de violência, sem um crivo técnico rigoroso.

A criação desta Comissão Técnica assegura que o conteúdo apresentado em sala de aula tenha sido validado por profissionais habilitados (psicólogos e assistentes sociais), garantindo a adequação estrita à faixa etária e evitando a exposição dos estudantes a gatilhos emocionais ou conteúdos inadequados, fortalecendo, assim, o papel protetivo da escola.